

Governo não dá aval a Arinos

21 SET 1986

P 2

ANC 88
 Pasta Setembro/86
 058

"A Assembléia Nacional Constituinte vai ter dificuldades de escapar da proposta. Vai ser difícil evitá-la como roteiro, pois trata-se de um grande projeto que analisa mais de 100 temas relevantes para a vida nacional". A opinião foi manifestada pelo ex-ministro da Educação, Eduardo Portella, sobre a proposta da Comissão Arinos. "Pouco depois, ele tomaria conhecimento da decisão do presidente José Sarney de não enviar ao Congresso o anteprojeto de Constituição, cuja elaboração, feita a pedido do próprio governo, custou 14 meses de trabalho e quase Cz\$ 4 milhões aos cofres públicos.

Com isso, parece que a previsão do ex-ministro não foi das mais felizes: — sem o aval do governo — insatisfeito com a indesejada e considerada excessiva independência da comissão provisória de estudos constitucionais, da qual Portella integrou —, o anteprojeto dificilmente conseguirá atravessar os poucos metros que separam o Palácio do Planalto do Congresso e, muito menos, servir como ponto de partida para os trabalhos da Constituinte a ser instalada em 1º de fevereiro próximo.

VIVA A DIVERGÊNCIA

Mas Eudardo Portella parece ter a fórmula certa para superar o problema: partidário da necessidade de multiplicidade de opiniões, ele pondera que o Brasil está tão desacostumado da prática da divergência, em decorrência do autoritarismo do regime anterior, que transforma um divergente em inimigo. Durante as reuniões da comissão dos "notáveis", as divergências foram muitas, mas o ex-ministro acha que elas devem ser, inclusive, estimuladas, de modo a suscitar um debate democrático: "Viva a divergên-

cia", ele prega.

Considerando o anteprojeto "progressista" com uma preocupação com o social — "seu traço identificador" —, Portella se diz afinado com as propostas acolhidas pela comissão e não faz críticas acirradas como outros colegas. Classifica-o, entretanto, de "um pouco protecionista", opinando que a sociedade deve ficar "mais solta" do que propõe o texto.

No Brasil atual, de acordo com seu pensamento, cabe a existência do Estado como regulador da sociedade, atuando somente quando necessário. "O Estado deve ser discreto, presente quando necessário, pois ele existe não para substituir a ação social, mas para complementá-la", diz, acrescentando que as tendências estatizantes são reflexos de prepotência: "Todo regime prepotente não delega e não confia; fecha-se nele próprio querendo se proteger".

SEM CAPRICHOS

Ponderando também que "toda estatização significa estabelecer um domínio do Poder Executivo sobre os demais Poderes", Eduardo



Portella tem fórmula

Portella diz-se plenamente identificado com a opção da comissão por um sistema presidencialista de governo controlado pelo Parlamento. Criticando a excessiva concentração de poderes nas mãos do chefe de Governo, de acordo com a Constituição em vigor, ele aplaude a solução encontrada, pela qual o Congresso tem o direito de derrubar ministros. "Se um ministro se incompatibiliza com a Nação, não fica no Ministério só por um capricho do presidente", salienta.

Os pontos que o ex-ministro da Educação destaca no anteprojeto constitucional refere-se à questão educacional, à cultura, às comunicações, e ao aspecto social, como um todo. Quanto à educação, ele avançaria um pouco mais, achando que o compromisso com a gratuidade do ensino, em todos os níveis, deveria ser mais nítido. A cultura, por outro lado, deveria ser explicitada de forma a garantir a execução de sua política em função da diferença, e não da identidade. Na área das comunicações, ele elogia a retirada da delegação de concessões de canais de rádio e televisão da faixa cartorial, passando-a para a esfera de uma comissão especial.

Com uma ou outra crítica — afinal, "viva a divergência" — Eduardo Portella acha que o anteprojeto é "grande" no seu conteúdo. Se contudo, com a decisão presidencial de não enviá-lo ao Congresso, ele corre o risco de "escapar" da Constituinte, o ministro deposita suas esperanças na divulgação que suas diversas propostas tiveram ao longo dos 14 meses de trabalho da comissão dos notáveis. "Vivemos 21 anos de confiança e inconfiança. Está na hora de falar claro, de dialogar com a sociedade", conclui, ao pregar um debate em torno do projeto.

Ministro quer menos disparidade

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, advertiu ontem que a Assembléia Constituinte terá de se preocupar com a correção das disparidades regionais porque o País não suportará por muito tempo que alguns Estados explorem os outros.

Lamenta o ministro do Interior que não esteja havendo um debate sobre a futura Constituição na atual campanha eleitoral, pois a Constituinte decidirá para onde vamos. A seu ver, ou a futura Constituição atende às ansiedades nacionais ou a frustração ser inevitável, com graves conseqüências.

ESTRUTURA

O Brasil não pode continuar sendo uma Belíndia, com regiões do nível da Bélgica e outras equivalentes às áreas mais pobres da Índia. Como disse o ex-presidente Tancredo Neves, que o nomeou o ministro e o escolheu para secretário em Minas, "talvez seja esta a última chance das elites; ou promoveremos as mudanças ou assistiremos à explosão da multidão dos deserdados".

Para Ronaldo Couto, essa é a missão da Assembléia Constituinte, que não deve somente fixar as regras gerais da sociedade, mas, principalmente, estabelecer o projeto do Brasil, que "não pode ser legítimo e democrático sem acabar com as disparidades regionais". "É preciso asse-

gurar a igualdade de oportunidades até para que possa existir a desigualdade" — acentua.

DISTORÇÕES

A realidade é que o Brasil subdesenvolvido é bem maior. Em extensão e em população. Dos 130 milhões de brasileiros, pelo menos 100 milhões podem ser considerados pobres. "Como Gunnar Myrdal deixou bem nítido, a região rica será mais rica porque é rica, enquanto a pobre será mais pobre porque é pobre".

Isso, de acordo com o ministro do Interior, não pode continuar. Tem de ser enfrentado na Constituinte. E o caminho é promover o debate sobre as desigualdades desde já, com intensidade mas com serenidade, dentro da perspectiva de que "o futuro das regiões ricas está atrelado ao das regiões pobres".

"São Paulo é sócio, mesmo que não saiba, do desenvolvimento dos outros Estados", disse.

OPÇÃO

O presidente José Sarney tem, a respeito, uma visão extraordinária e fez, segundo Costa Couto, "uma opção pelos pobres, pelas regiões mais sacrificadas". "Isso, porém, é uma decisão do Presidente, do Governo, quando a busca do equilíbrio nacional deveria ser uma conseqüência de preceitos constitucionais".

No passado, ao contrário, a filosofia do Governo foi de que os recursos deveriam ser concentrados em determinadas áreas para fazer crescer o bolo, que seria, no futuro, redistribuído. O desenvolvimento harmônico tem de ser, para ministro, uma filosofia da Nação, pois "não é possível um processo interno semelhante ao que o Brasil enfrenta em relação a outros países".

As chamadas regiões menos desenvolvidas são altamente promissoras. O Nordeste, nos últimos meses, tem crescido mais do que a Nação em todos os setores, o que é ótimo para a economia nacional. Contudo, não basta uma ação em termos de macrorregiões. E preciso enfrentar, também, os desníveis regionais, como tem acentuado o presidente Sarney.

"Para não ser fria, a Constituinte tem de empolgar. Para ser conseqüente, tem de consagrar os direitos e aspirações sociais do Brasil real. Não será, lógico, a panacéia ao subdesenvolvimento porque um país se constrói, basicamente, com trabalho, criatividade, recursos, fé e autoridade" — afirmou Costa Couto.

"Dizem que, para quem não sabe aonde vai, qualquer caminho serve. Na Constituinte tem de ficar claro para onde vamos e este caminho tem de ser o do novo povo, não o determinado por grupos econômicos ou linhas de riqueza", concluiu.